

Racismo

Dados mostram que população negra vive à margem da sociedade mesmo 137 anos após o fim da escravidão

em números

Estadísticas das pessoas pretas e pardas na região

TATIANE PAMBOUKIAN
tatiangepamboukian@dgabc.com.br

A população negra tem menos oportunidades e as estatísticas comprovam que o racismo estrutural é uma realidade – não um ‘mimimi’. Ele condena pessoas pretas e pardas, desde o nascimento, a uma desvantagem socioeconômica que persiste mesmo 137 anos após o fim da escravidão no Brasil. A falta de possibilidades para esse grupo volta ao centro do debate nesta quinta-feira (20), no Dia da Consciência Negra.

No Grande ABC, de acordo com dados do Censo 2022, dos 524.563 moradores com curso superior completo, apenas 129.898 (24,7%) são pretos e pardos. A taxa de analfabetismo entre negros é de 3,9%, enquanto a média nas sete cidades é de 2,7%.

No mercado de trabalho, o cenário é bastante desigual. Trabalhadores pretos e pardos do Grande ABC ganham 20% menos – R\$ 2.723 contra R\$ 3.405 da média geral.

Em relação à moradia, 61,3%, ou 288.686 dos 470.457, dos moradores de favelas da região são negros. Das pessoas em situação de vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico, 348.258 (51,4%) são pretas e pardas.

A cor da pele também pode ser uma condenação da vida. Segundo dados da SSP (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo), 64,2% das mortes por intervenção policial (434 das 676) envolvem pessoas pretas.

Como se não bastassem as poucas oportunidades, quando elas são acessadas, há outra barreira a ser ultrapassada: o racismo explícito e cruel. Além da discriminação velada, casos de racismo e injúria racial cresceram, 103%, saltando de 33 notificações de janeiro a outubro de 2024 para 67 nos dez primeiros meses de 2025, de acordo com dados do Disque 100, canal de denúncias do governo federal.

Crime ainda é subnotificado, pois nem todas as vítimas denunciam, como foi o caso da dona de casa de Santo André, Noelia Gonzaga, 56 anos, que após uma vida de privações e exclusões teve seu sonho de ser alfabetizada interrompido pelo preconceito aos 45 anos.

“Decidi que queria aprender a ler e escrever depois que comprei chumbinho (veneno para rato) achando que era um doce. Mas, com um mês de aula, um episódio me parou. Uma aluna, em uma discussão, me chamou de macaca. Saí da sala chorando e não voltei mais”, desabafa.

Sua história exemplifica a triste realidade dos números. A baiana de Itamaraju teve que começar a trabalhar aos 10 anos, carpindo mato. Aos 11, casou-se com um homem de 45 anos. Há cerca de três décadas, veio para Santo André em busca de uma vida melhor. Abandonada pelo marido com cinco filhos, morou nas ruas.



• Censo 2022 - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
• SSP (Secretaria de Segurança Pública) | Agência Fatos | Edição de Arte

Na região, de acordo com o último censo, 131 crianças de 10 a 14 anos viviam em uma união conjugal, dos quais 59% (77) eram jovens pretos e pardos.



RAÍZES E RESISTÊNCIA

“Dormíamos embaixo do viaduto do terminal. Trabalhei como catadora e já passei por muitas humilhações. É muito triste as

pessoas não respeitarem só por causa da nossa pele preta. Tenho orgulho dela. Se entra na loja, é ladrão, se corre, é bandido. Por que fazemos isso com a gente?”, questiona.

Ao longo de sua trajetória, aprendeu a se defender e a manter a autoconfiança. Neste ano, retomou os estudos

e está cursando o quarto ano do ensino fundamental no EJA (Educação de Jovens e Adultos) da Emeief (Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental) Carolina Maria de Jesus, na Cata Preta, em Santo André. “Me falam para desistir, mas não vão mais me parar, não vou me calar. Hoje sei meu lugar, que é onde quiser, quando quiser. Quero fazer faculdade e abrir meu restaurante. Sou boa na cozinha”, revela.

O coordenador do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais da FMU/FIAM-FAAM, Gean Oliveira Gonçalves, ressalta a importância da construção da autoestima para que essa população possa deslizar para qualquer espaço. A partir de então, as políticas públicas fazem o papel de abrir os caminhos fechados.

“Precisamos ter projetos escolares que eliminem o silenciamento e construam um olhar para a negritude, trazer um pouco da ancestralidade, por meio do ensino da cultura e história afro-brasileira. Falar disso é tão importante quanto a política de cotas”, afirma.

RAÍZES E RESISTÊNCIA

Essa é a última reportagem da série do Diário em celebração ao Dia da Consciência Negra. As outras matérias podem ser acessadas no site do jornal. (www.dgabc.com.br).



ASCENSÃO. Noelia Gonzaga, Natan de Souza e Inara dos Anjos buscam uma vida melhor por meio da educação

Políticas públicas podem acelerar equidade

Estudo da Oxfam Brasil indica que a equiparação salarial entre negros e brancos no Brasil, mantendo o ritmo atual das políticas de inclusão, só deve ocorrer por volta do ano 2089. Para alcançar a igualdade em cargos de liderança em empresas, o prazo estimado é de 167 anos.

O reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e um dos idealizadores do Movimento AR – Vidas Negras, José Vicente, tem uma expectativa otimista de que a equiparação pode vir antes se houver um aumento das políticas públicas.

“Acredito que possamos avançar 100 anos em 10 se acelerarmos. Em muito pouco tempo, podemos superar essas questões do passado. No Dia da Consciência Negra, é importante lembrar que, há 40 anos, Zumbi dos Palmares era descrito nos livros escolares como um ‘marginal social’, enquanto hoje, a data de sua morte é um fe-

riado nacional, transformando-o em um herói para o Brasil”, justifica.

Porém, uma mudança em profundidade depende obrigatoriamente da aceleração das políticas públicas. “As cotas nos últimos 20 anos revolucionaram o acesso do jovem negro ao ensino superior e as cotas nos concursos públicos ajudaram esse público a chegar nestes espaços. Temos ainda empresas com programas de trainee para jovens. E, se pensarmos bem, tudo isso é muito recente, mas já houve avanços significativos nesse período”, ressalta Vicente.

FUTURO

A chapeira de Santo André, Inara dos Anjos, 21 anos, apesar das dificuldades de conciliar trabalho com estudo e da ausência de referências em sua família, tem planos de cursar a faculdade de gastronomia e ser exemplo para as próximas gera-

ções. “Ninguém fez faculdade na minha casa, não tenho nenhum espelho, mas quero ser o das crianças. Quero que minhas sobrinhas olhem para mim e pensem se minha tia conseguiu, eu também vou”, afirma.

A estudante precisa sair uma hora antes e recupera o conteúdo perdido na turma de reposição. “Parei de estudar com 13 anos na sétima série e voltei agora. Não conseguia por causa do meu trabalho à noite em um bar, mas falei para meu pai que ia voltar porque quero uma vida melhor”, conta.

O aluno da mesma escola, Natan Pontes de Souza, 17, também enxerga um futuro melhor e aposta na educação para driblar os desafios da ascensão social. “Trabalho como jovem aprendiz em uma multinacional e quero estudar para ser programador, além de aprender outras línguas para poder trabalhar fora do País”, compartilha. TP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 3